



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando:

- as declarações, no âmbito da apresentação de resultados da Caixa Geral de Depósitos, sobre o previsto fecho de 200 agências do banco público;
- as notícias sobre o Dr. Paulo Macedo, CEO da CGD, estar “disponível para estudar a manutenção, mesmo que parcial, de algumas das agências que deveriam encerrar”;
- a necessidade de lutar contra a desertificação das regiões de interior, mais despovoadas, em que a população idosa é maioritária, que assim se vê sem possibilidade de acesso ao serviço bancário público;
- a maioria dos funcionários públicos receberem os vencimentos na CGD;
- o facto de a esmagadora maioria dos pensionistas receberem as suas pensões na CGD, pessoas idosas, muitas delas vivem sozinhas e por isso com dificuldade de deslocação;
- o caso específico do concelho da Golegã, em que quase 30% da população tem idade igual ou superior a 65 anos, em que 40 % destes residem sozinhos e 53% são pensionistas da Caixa Geral de Aposentações;
- que esta possibilidade, de encerrar a agência na Golegã, implica privar o acesso de idosos, pensionistas, ao serviço – público – bancário.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3

fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao senhor Ministro das Finanças, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

- 1. Confirma as notícias que asseguram o encerramento da agência da CGD da Golegã?**
- 2. Quais os critérios, no plano de negócios ou preparados para a sua execução, de escolha do encerramento da agência da CGD da Golegã?**
- 3. Quais os critérios para distinguir e escolher as populações que só terão acesso ao serviço mínimo, dito de “manutenção, mesmo que parcial”?**

Palácio de São Bento, quarta-feira, 15 de Março de 2017

Deputado(a)s

PATRÍCIA FONSECA(CDS-PP)

JOÃO PINHO DE ALMEIDA(CDS-PP)